

AS DESIGUALDADES REGIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

*Dejalme Andreoli**

Na matéria publicada em **Zero Hora** de 25 de julho passado, retomase a tese de que as desigualdades regionais do Rio Grande do Sul se originam de realidades sócio-econômicas distintas. Argumenta-se que, ao norte do Estado, existe uma economia desenvolvida e, ao sul, uma economia estagnada. Utilizando-se informações estatísticas apresentadas em estudo coordenado pelo Economista Cláudio F. Accurso, estabelece-se flagrante diferenciação sócio-econômica entre os municípios situados nas regiões norte e sul do Estado. Propõem-se duas hipóteses explicativas dessa diferenciação. Uma é a do determinismo histórico, que sustenta serem as desigualdades regionais o resultado da forma como foi ocupado o território gaúcho. A outra explica essas desigualdades pela incompetência das autoridades governamentais, deixando certas regiões do Estado à margem do processo de industrialização. Dessas regiões, destaca-se a de pecuária extensiva e monocultora de arroz, ao sul do Estado.

Para avaliar essas "distorções" do crescimento econômico, considera-se importante o desenvolvimento da indústria, como sinônimo de desenvolvimento capitalista equilibrado e homogêneo em termos de ocupação do espaço econômico do Estado e de possibilidades de geração de emprego. Essa visão industrializante considera também o envolvimento das atividades de produção animal e vegetal. Nesse sentido, a persistência da pecuária extensiva, como atividade econômica principal nos municípios do sul do Estado, é considerada como uma das causas do seu atraso sócio-econômico.

De forma implícita, é retomada a tese da economia gaúcha autônoma, que teve condições históricas para estabelecer um sistema econômico com características próprias, de forma equilibrada e harmônica. Os desequilíbrios sócio-econômicos regionais, no âmbito do Estado, são vistos como uma "anomalia" que precisa ser corrigida. Para efetuar essa correção, é reivindicada a necessária competência das autoridades governamentais. Estas, ao não atuarem, ou ao atuarem de forma inadequada, contribuem decisivamente para manter, e até aprofundar, as desigualdades regionais no âmbito do Estado.

* Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

O objetivo deste artigo é o de apontar alguns equívocos básicos desta tese, já antiga, mas que, de tempos em tempos, é retomada por novos estudos, ou matérias jornalísticas. Para tanto, busca-se um referencial teórico adequado ao estudo da realidade econômica regional como a do Rio Grande do Sul. Esse referencial é dado por importantes publicações da FEE, como as dos Economistas Luiz P. Targa (1982) e Enéas C. de Souza (1984). Targa faz uma importante reflexão sobre a totalidade econômica, ou seja, sobre a definição do espaço sócio-econômico de produção e reprodução do capital. Esse espaço sócio-econômico é o da economia nacional, desde os tempos do surgimento das primeiras sociedades capitalistas. Souza, por sua vez, analisa a forma atual de integração da economia gaúcha à economia brasileira, a qual se dá por partes, que podem ser reunidas no movimento da economia brasileira. Embora a economia regional tenha suas especificidades históricas próprias de desenvolvimento, o que completa a unidade do todo é a economia brasileira. É nesse âmbito, com fortes ponderações do capital estrangeiro, que se definem as condições básicas de produção e de reprodução do capital.

Nos dois tópicos seguintes, procura-se fazer uma reflexão sobre a via histórica de desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. Busca-se uma visão histórica alternativa, que dá ênfase ao determinismo histórico, definido ao nível da economia nacional, pois são as condições históricas da formação e do desenvolvimento do capitalismo nacional que proporcionam as condições gerais de desenvolvimento da economia regional. As especificidades sócio-econômicas da economia regional servem como elementos de ponderação histórica. A natureza dessa ponderação é que define as possibilidades de crescimento de determinado ramo produtivo ou de determinadas atividades produtivas ao âmbito estadual e, como consequência, estabelece as possibilidades de crescimento de cada região do Estado.

1 — A questão do determinismo histórico

A ocupação do território do Rio Grande do Sul ocorreu através de duas importantes vias históricas. A primeira é representada pelas necessidades de conter as investidas dos espanhóis, instalados em outras regiões ao sul do continente sul-americano. A segunda, pelas necessidades da economia agrário-exportadora do centro do país, com destaque para São Paulo. No primeiro caso, formaram-se extensas unidades de criação de animais para corte, que representaram a instalação e o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas caracterizadoras da sociedade gaúcha. O desenvolvimento da Cidade de Pelotas, primeira grande concentração urbana do Estado, é o resultado mais marcante do desenvolvimento das ati-

vidades da produção agroindustrial, baseada nessa primeira via histórica. No segundo caso, formaram-se as unidades de produção agrícola e artesanal, aproveitando-se da experiência de vida dos trabalhadores que vieram da Europa.

Desde o princípio, a ocupação do território gaúcho é explicada por variáveis exógenas, de âmbitos nacional e internacional. A primeira, pela disputa dos territórios sul-americanos pelos portugueses e espanhóis. A segunda, pelas necessidades do capitalismo europeu de se "livrar" do incômodo excedente de mão-de-obra sem condições de ser empregada e, a nível de Brasil, pelas necessidades do capitalismo agrário-exportador desenvolvido a partir da segunda metade do século passado. O assentamento de trabalhadores imigrantes em pequenas propriedades de terra nos estados do sul do País tinha como objetivos básicos atrair trabalhadores para as lavouras de café, movidos pela esperança de se tornarem proprietários de terras e de estabelecer um segmento agroindustrial produtor de alimentos para a cada vez mais especializada produção de café em São Paulo, Rio de Janeiro e sul de Minas.

Por que a economia do Rio Grande do Sul, sendo fortemente influenciada por variáveis exógenas desde o princípio de sua constituição, é explicada com base na tese da economia regional autônoma e auto-sustentada?

A partir de trabalhos como os de Jean Roche, Limeira Tejo, Sandra Pesavento e outros e de estatísticas disponíveis sobre produção e exportação, propõe-se, nos limites deste breve artigo, formular hipóteses explicativas.

A princípio, tem-se como de fundamental importância a coincidência da intensificação do processo de migração de trabalhadores da Europa para o Brasil com o processo de unificação política da Alemanha e da Itália, bem como com o desenvolvimento significativo da economia agrário-exportadora do café no Brasil. A seguir, é importante considerar os efeitos que essas "variáveis exógenas" tiveram na formação histórica do Rio Grande do Sul.

Os registros históricos da existência de imigrantes no Estado são antigos, desde o século XVIII, com os portugueses das ilhas dos Açores, passando pelos alemães, a partir de 1824. Mas é nos últimos 30 anos do século passado que a migração de origem européia se intensifica, como resultado da formação do vasto excedente de trabalhadores europeus, proveniente das transformações políticas e sócio-econômicas da Itália e da Alemanha. Esse fato explica a importância do fluxo migratório de trabalhadores desses países para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, que passa a ocupar, então, o que restava de sua fronteira agrícola. O resultado foi um crescimento extensivo da produção agrícola e artesanal com ba-

se na pequena produção familiar rural, produtora de bens agrícolas e artesanais, refazendo-se, assim, com razoável grau de aproximação a via histórica de desenvolvimento do capitalismo europeu, a partir da diferenciação da pequena produção rural. O extraordinário desenvolvimento das atividades industriais e comerciais na economia gaúcha nas três últimas décadas do século passado e primeiras décadas deste parecia confirmar as hipóteses de desenvolvimento de um capitalismo clássico, a partir da diferenciação de sua base econômica rural.

As lideranças políticas e econômicas do Estado baseavam-se nos pressupostos da filosofia positivista de Augusto Comte para formular a visão ufanista de desenvolvimento da sociedade rio-grandense. Os trabalhos publicados em princípio deste século dão a impressão de que o Rio Grande do Sul tornar-se-ia um "grande país". É o período em que se divulga o epíteto de "Rio Grande do Sul, celeiro do Brasil".

No entanto, quando se consultam as informações estatísticas de exportação e importação, disponíveis na biblioteca da Fundação de Economia e Estatística (Tabela 1), essa qualificação parece um tanto exagerada, pois os produtos que representavam a quase-totalidade das exportações eram a banha e o charque. A partir da década de 20, o charque perde posição para o arroz produzido pelas lavouras capitalistas instaladas na região de pecuária extensiva. Na pauta de importações, destacam-se importantes produtos de consumo, como café, açúcar e sal. O milho, que é o mais importante produto da lavoura, tanto em termos de área cultivada quanto de quantidade produzida, não aparece na pauta de exportação, sendo todo consumido no Estado, em maior parte na unidade de produção familiar (Tabela 1). A banha, que era o produto mais importante da estrutura produtiva colonial, passa a ser substituída pelo óleo de soja, assim como o charque é substituído pela carne bovina frigorificada. São os efeitos da adequação de determinados segmentos produtivos regionais às modificações da estrutura de mercado a nível nacional, tendo como resultado novas formas de integração da economia regional à nacional.

As novas formas de integração resultaram em desenvolvimento de determinados segmentos produtivos e estagnação, ou, mesmo desaparecimento de outros. Desse modo, frustram-se as hipóteses otimistas de crescimento harmônico e auto-sustentado da economia regional. Desde então, foram divulgados vários estudos demonstrando a tese do empobrecimento e do aprofundamento das desigualdades sócio-econômicas do Estado. A perda de posição relativa da economia do Rio Grande do Sul, que teve como consequência a estagnação ou desaparecimento de importantes segmentos produtivos, é considerada como resultado da incompetência dos governos estaduais. Busca-se um "bode expiatório" para explicar o surgimento de problemas que têm como causa variáveis identificadas no âmbito da economia nacional.

Tabela 1

Participação percentual dos produtos no valor das exportações do Rio Grande do Sul — 1913-1964

PRINCIPAIS PRODUTOS	1913	1915	1918	1920	1923	1925	1928	1930	1932	1935
Arroz	4,58	5,31	7,15	9,10	7,71	11,29	9,37	9,06	10,32	10,13
Banha	15,57	13,29	10,92	17,19	13,31	15,56	11,84	16,07	13,48	9,89
Lãs	2,45	2,22	4,23	3,44	3,86	3,80	3,37	3,27	2,64	7,19
Calçados de couro	-	-	-	0,28	0,39	0,34	0,74	1,10	2,28	2,32
Carnes	-	-	-	9,61	2,86	4,01	3,71	14,47	4,22	4,63
Vinhos	1,07	0,12	2,14	0,66	2,48	2,11	3,00	2,16	5,98	4,98
Fumo em folha	3,92	2,72	3,38	3,49	3,83	3,63	3,71	4,72	3,53	4,96
Couros secos e salgados	11,07	9,23	10,24	7,62	14,34	10,80	10,44	7,62	4,84	8,49
Feijão	4,72	1,94	1,77	1,58	1,43	3,61	3,50	4,44	3,62	1,61
Charque	29,29	28,09	16,59	21,49	19,22	19,62	13,84	15,75	18,75	18,37
Trigo em grãos	-	-	-	0,01	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Assessórios para automóvel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Óleo de linhaça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farinha de trigo	-	-	-	0,03	-	0,13	0,01	0,04	0,62	0,46
Cebolas	1,30	1,35	0,75	1,67	1,79	1,46	1,04	2,21	1,90	1,66
Cutelaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peixes (produtos de pesca)	-	-	-	0,44	0,27	0,21	0,23	0,33	0,63	0,30
Cigarros	-	-	-	0,14	0,02	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00
Gado suíno	-	-	-	0,02	-	-	0,01	-	-	-
Revólveres e pistolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fogões, fogareiros, fomalhas e semelhantes de ferro e aço (não elétricos)	-	-	-	0,02	0,04	0,05	0,08	0,05	0,08	0,20
Soja em grãos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farelo de soja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeiras	0,33	0,24	7,95	0,87	1,21	0,89	1,26	2,07	1,63	1,22
Farinha de mandioca	4,37	6,61	3,27	2,83	2,70	2,60	1,58	1,54	2,12	0,98
Subtotal	78,67	71,12	68,39	80,49	75,46	80,12	67,74	84,90	76,65	77,39
Outros	21,33	28,88	31,61	19,51	24,54	19,88	32,26	15,10	23,35	22,61
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

PRINCIPAIS PRODUTOS	1939	1941	1945	1947	1949	1952	1955	1958	1960	1964
Arroz	13,81	11,12	13,63	10,94	15,31	14,16	13,51	17,75	9,66	6,58
Banha	8,78	4,40	5,13	9,03	5,42	6,97	8,10	6,25	9,11	6,06
Lãs	4,82	8,88	4,91	4,12	5,51	3,77	9,69	10,07	8,86	7,47
Calçados de couro	2,23	2,06	2,57	2,37	2,90	3,69	3,82	4,55	4,78	4,87
Carnes	1,71	3,98	8,02	11,03	8,19	5,60	6,87	5,30	5,90	8,07
Vinhos	3,43	4,32	4,16	3,30	3,35	3,00	3,44	2,86	2,86	1,99
Fumo em folha	4,99	3,82	6,39	5,67	4,59	3,57	4,07	3,12	3,23	2,84
Couros secos e salgados	6,94	7,30	7,72	7,30	5,77	2,86	2,81	2,43	2,87	1,80
Feijão	2,78	1,91	1,89	1,81	2,55	2,75	1,16	1,90	2,08	1,07
Charque	13,65	6,55	6,32	4,17	4,96	8,29	5,83	2,19	1,94	2,25
Trigo em grãos	0,02	0,04	0,02	1,30	1,36	2,90	6,04	1,89	0,03	-
Assessórios para automóvel	-	-	0,06	0,27	0,14	0,63	0,97	1,10	1,87	1,57
Óleo de linhaça	0,90	1,43	2,07	0,99	2,00	1,37	1,18	0,72	1,62	0,37
Farinha de trigo	0,44	0,20	0,07	0,07	3,13	3,99	1,36	1,61	1,31	0,91
Cebolas	1,62	0,99	2,24	2,24	1,92	1,87	1,86	0,85	1,22	0,92
Cutelaria	0,01	0,02	0,84	0,78	1,09	0,32	0,15	0,21	1,09	1,34
Peixes (produtos de pesca)	1,12	1,08	1,28	1,02	1,42	1,47	1,21	1,13	1,01	1,38
Cigarros	0,00	0,01	0,01	0,12	0,63	1,10	1,38	0,77	0,87	0,72
Gado suíno	0,14	0,03	0,05	0,21	0,04	0,09	0,01	0,15	0,61	0,00
Revólveres e pistolas	-	-	0,01	0,04	0,09	0,18	0,09	0,26	0,59	0,54
Fogões, fogareiros, fomalhas e semelhantes de ferro e aço (não elétricos)	0,24	0,30	0,27	0,30	0,31	0,39	0,36	0,32	0,59	1,18
Soja em grãos	-	0,01	6,24	0,55	0,77	0,63	1,16	0,88	0,18	0,12
Farelo de soja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,26
Madeiras	1,13	1,81	5,91	9,80	6,08	4,08	4,84	3,78	4,82	4,01
Farinha de mandioca	1,08	0,37	1,89	1,81	0,93	1,06	0,25	0,37	0,12	0,06
Subtotal	69,84	60,63	81,70	77,94	78,40	73,20	77,12	74,61	69,08	57,41
Outros	30,16	39,37	18,30	22,06	21,60	26,80	22,88	25,39	30,92	42,59
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920-1941 (1942). Porto Alegre, DEE.
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1945-1947 (1949). Porto Alegre, DEE.
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1947-1950 (1951). Porto Alegre, DEE.
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1950-1952 (1954). Porto Alegre, DEE.
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1953-1955 (1958). Porto Alegre, DEE.
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1958-1959 (1960). Porto Alegre, DEE.
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1960 (1962). Porto Alegre, DEE.
 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1964 (1966). Porto Alegre, DEE.

Uma variável importante para a integração das economias regionais na economia nacional é a melhoria dos meios de transporte e de outras formas de comunicação, pré-requisito básico para o pleno desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul, segundo as reivindicações dos governos republicanos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Seus resultados, porém, foram bem diferentes dos que eles previam. O processo de integração fez desaparecer a relativa autonomia da economia regional, tornando cada vez mais difícil se materializar a proposição do seu crescimento harmônico e equilibrado. O que aconteceu foi a tendência à especialização da estrutura produtiva regional, de forma a qualificar-se para ter ganhos econômicos no processo de concorrência a nível nacional.

A economia gaúcha, como a dos demais estados do País, sofre profundas transformações, explicadas pela dinâmica do capitalismo brasileiro. À medida que os meios de transporte e de comunicação favorecem a perspectiva da formação de um mercado nacional único, estabelece-se a concorrência entre capitais instalados nos diferentes estados, fazendo com que, nesse processo concorrencial mais amplo, certas atividades econômicas sejam melhor desenvolvidas em alguns deles. Nesse sentido, determinados ramos comerciais, industriais e mesmo agrícolas perdem posição ou desaparecem diante da maior capacidade de competição de outros situados fora do Rio Grande do Sul. As regiões ou municípios do Estado que sediavam essas atividades vêem-se diante da perspectiva de estagnação e mesmo de retrocesso. São atividades econômicas que tiveram melhores condições de desenvolvimento em outros estados e que, por isso, são as "vencedoras" no processo de concorrência intercapitalista no âmbito da economia nacional.

Na avaliação comparativa das formas históricas de desenvolvimento das economias regional e nacional, destacam-se as diferenciações históricas da base sócio-econômica de acumulação inicial de capital. De forma objetiva, essas diferenciações são caracterizadas pela maior capacidade de determinados segmentos produtivos aprofundarem o processo de exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que têm acesso a mercados mais amplos.

As duas vias históricas de desenvolvimento da economia do Estado formaram bases sócio-econômicas mais fracas, com piores condições de desenvolver o processo completo de valorização do capital, quando relacionadas com a economia agrário-exportadora do café, sediada no Rio de Janeiro e São Paulo. Estes, ao se associarem com importantes segmentos do capitalismo internacional, tiveram suas condições de reprodução ampliadas. Estruturas produtivas mais modernas e mercados mais amplos para sua produção resultaram em maiores possibilidades de expansão econômica.

2 — As transformações da via histórica colonial

Neste tópico, procura-se fazer algumas considerações mais gerais sobre as características da via histórica colonial de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, bem como suas possibilidades de integração à dinâmica do capitalismo brasileiro. Destaca-se essa via histórica por ser a que forneceu as condições mais favoráveis de desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. Foi ela que apresentou maior dinamismo da base social e econômica, de modo a formar um importante capitalismo comercial e industrial de âmbito regional, o qual, no entanto, não foi suficiente para conquistar a posição de hegemonia no processo de desenvolvimento do capitalismo nacional.

O modelo histórico de desenvolvimento econômico da região colonial, no centro e norte do Estado, apresenta uma certa semelhança ao elaborado por Maurice Dobb (apud Sweezy, 1977) para explicar o desenvolvimento do capitalismo inglês nos séculos XVII e XVIII. Foi o país que, juntamente com a França, teve uma influência significativa da via de desenvolvimento do capitalismo a partir do processo de diferenciação da pequena produção rural. Na região colonial do Rio Grande do Sul, reproduziu-se essa pequena produção, baseada na estrutura familiar, dedicada à atividade de criação animal, cultivos de lavouras e atividades artesanais. Limeira Tejo (1939) publicou estudo sobre a formação de importantes segmentos produtivos no Estado, com base na perspectiva histórica de diferenciação da pequena produção rural. Do artesanato passa-se à manufatura e à indústria, estabelecendo-se uma via clássica de desenvolvimento da sociedade rio-grandense. Outros autores, como Jean Roche, enfatizam a importância do capital comercial, que consegue acumular e liderar o processo de industrialização do Estado. Quando se observa o desenvolvimento de indústrias como a de calçados, a tese de Limeira Tejo ganha força. Quando se verifica o processo de desenvolvimento da indústria como a da banha, é a tese de Roche que é favorecida.

Ao se observar as estatísticas existentes sobre os fluxos migratórios da Europa para o Brasil e o Rio Grande do Sul e, já a partir da segunda década deste século, os fluxos migratórios daqui para os demais estados, há que se pensar melhor na tese de Jean Roche. Ao mesmo tempo em que se construía as teses ufanistas sobre o futuro do Rio Grande, já os descendentes dos imigrantes que haviam chegado ao Brasil em fins do século passado buscavam nos estados vizinhos as possibilidades de sua sobrevivência.

O pequeno produtor familiar contribui decisivamente para o desenvolvimento da economia regional, através da formação do excedente de sua produção e da liberação de mão-de-obra para as atividades comerciais e

industriais nas cidades. Um contingente significativo desse excedente de mão-de-obra prefere migrar para outros estados e continuar na condição de pequeno produtor rural. Essa situação revela que os pequenos produtores rurais continuam pobres, tão pobres que não tiveram condições de expandir suas atividades produtivas no Estado, de forma a empregar os seus filhos. Enquanto isso, amplos segmentos do comércio e da indústria gaúcha crescem e expandem-se a nível nacional. Porto Alegre, como a "porta" de entrada e de saída dos fluxos de mercadorias da região colonial, cresceu de forma significativa na passagem do século passado para o atual, superando Pelotas como a principal cidade do Estado.

O crescente fluxo migratório para os demais estados é fruto da conjuntura de preços relativamente elevados da terra e da incapacidade dos produtores rurais de acumular amplos excedentes econômicos. As dificuldades de aquisição de terras no Estado resultam na continuidade do processo migratório. Essa realidade histórica revela a incapacidade da região colonial, situada ao norte do Estado, com elevado índice de industrialização, de gerar emprego para todos os trabalhadores disponíveis. Essa situação, em vez de ser resolvida, fica pior com o desenvolvimento da moderna produção agrícola.

A partir da década de 20, com a lavoura mecanizada do arroz, da década de 50, com a lavoura mecanizada do trigo e com a de soja nos anos 60, estabelecem-se importantes vias de desenvolvimento da lavoura capitalista, utilizadora dos benefícios do progresso técnico. Com a modernização das atividades de produção animal na década de 70, introduz-se a economia agrícola brasileira e, em conseqüência, a gaúcha, na dinâmica do moderno capitalismo agroindustrial. As lavouras de trigo e arroz exerceram papel fundamental na fase de transição da velha estrutura agroindustrial para a nova. A lavoura de arroz, completamente desvinculada da via histórica colonial, cresce de importância como alternativa econômica para as terras de pecuária extensiva. A lavoura de trigo, a partir de fins da década de 50, destaca-se como importante segmento diferenciador da estrutura produtiva colonial. Ambas as lavouras são importantes para formar a base infra-estrutural da moderna indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, que põe o Rio Grande do Sul em destaque no âmbito da economia nacional. Com o desenvolvimento da lavoura de soja e o processo de modernização das atividades de criação animal, estabelece-se a etapa final de transformação da antiga economia agroindustrial do Estado.

Ao se observar a estrutura de exportação do Rio Grande do Sul nas décadas de 50 e 60, percebe-se a queda da exportação de banha, ao mesmo tempo em que se destaca a importância crescente da soja e seus derivados. Esse fato tem importância fundamental para a pequena produção no Estado. Substitui-se um produto que era a síntese das atividades de poli-

cultura familiar, proveniente do processo de integração lavoura-produção animal, ao nível da unidade de produção, por um produto gerado pela lavoura especializada e altamente tecnificada. Ao nível de mercado, foi o resultado da profunda transformação dos hábitos alimentares, substituindo a gordura animal pela vegetal. Ao nível da produção, foi a substituição da tradicional produção familiar de subsistência pela moderna empresa agrícola. Outro fator de fundamental importância nesse processo de transformação foi o da integração lavoura-pecuária no âmbito da economia nacional. A moderna produção animal em unidades produtoras altamente especializadas passa a depender da oferta das indústrias de rações, e estas, por sua vez, da produção vegetal, em um processo de interdependência que, muitas vezes, transcende o âmbito da economia nacional. Esse foi o exemplo da soja, que teve o primeiro impulso exportador nas necessidades das indústrias de rações da Europa.

Diante dessa nova realidade, o pequeno produtor de origem colonial adapta-se como pode. Essa adaptação torna-se cada vez mais difícil, ao tentar manter os velhos princípios da estrutura familiar de produção, em propriedades de pequeno tamanho. As opções de reorganização do pequeno produtor rural passam pela instituição da cooperativa e podem chegar a formações de estruturas produtivas coletivas, que visam adequar a pequena produção rural aos requisitos da moderna tecnologia de produção e de armazenagem, bem como melhor qualificá-la, de forma a poder competir na venda da produção. Essa perspectiva de reorganização da pequena produção rural deve estar adequada às perspectivas de produção e de mercado dadas no âmbito das economias nacional e internacional, no âmbito da dinâmica do moderno complexo agroindustrial. Não adianta estimular a produção de um determinado produto em determinada região, sob a justificativa de melhor vocação natural, se não forem observadas as possibilidades de integração a montante e a jusante. A montante, pela existência de instrumentos de trabalho, insumos, crédito, assistência técnica, etc., e, a jusante, pela existência de mercados, constituídos por modernas agroindústrias ou por entidades empresariais com condições de alcançar compradores, em qualquer parte do território nacional, ou mesmo internacional.

Os pequenos produtores agrícolas descendentes da velha estrutura colonial vêem-se diante de uma situação completamente nova. Têm que se tornar capitalistas ou desaparecer. Para se tornarem capitalistas, devem se utilizar das instituições associativas. A capitalização da agricultura e a cada vez mais estreita aproximação entre campo e cidade tendem a formar um único contingente de mão-de-obra subempregada ou desempregada. É a nova versão histórica do papel do "exército industrial de reserva" vista por Marx no desenvolvimento do capitalismo europeu. A figura do "bóia-fria" é o exemplo mais importante dessa nova realidade do desenvolvi-

mento do capitalismo brasileiro. Grande parte desses "boias-frias" são trabalhadores rurais que, não tendo condições de emprego e nem de moradia no campo, passam a residir na periferia das cidades. O processo de expulsão de trabalhadores do campo, que antes era explicado pelas deficiências estruturais da economia colonial, passou a ser aprofundado, a partir da década de 60, pelo processo de modernização agrícola e agroindustrial.

Importantes segmentos produtivos gaúchos perderam a "luta" concorrencial no mercado nacional unificado. Por essa razão, tornam-se importantes as informações disponíveis sobre as exportações do Estado do Rio Grande do Sul. Pela composição da pauta de exportações, pode-se ter uma indicação de quais são os segmentos econômicos regionais que "ganharam essa luta". Os que perderam são os que definem as causas da estagnação econômica de determinadas regiões do Estado.

3 – Considerações finais

O caráter mais abrangente da questão do determinismo histórico e a ênfase dada às transformações da via histórica colonial do Estado gaúcho surgem como uma contraposição às teses simplistas para explicar as desigualdades regionais. Diante das considerações preliminares dos dois tópicos anteriores, torna-se difícil aceitar a tese de um Rio Grande plenamente desenvolvido em sua parte norte contrapondo-se a um Rio Grande atrasado em sua parte sul. As lavouras de arroz irrigado, associadas com a pecuária criadora de bovinos para corte na ocupação das terras, sempre tiveram, e continuam tendo, presença marcante na pauta de exportações do Estado. São atividades produtivas que alcançaram uma dimensão maior, dadas pela adequação da estrutura produtiva regional às oportunidades mais amplas de mercado. Esse é um dos argumentos que se considera importante. O argumento da geração de emprego não é totalmente válido, porque nem a via histórica colonial, com o seu maior dinamismo em termos de crescimento econômico, quando comparado com as atividades de pecuária extensiva, conseguiu ocupar toda a sua mão-de-obra. O fluxo migratório crescente de gaúchos, ocupando vastas regiões dos Estados de Santa Catarina, Paraná, e Mato Grosso, atestam essa afirmação. Não são apenas as regiões de pecuária extensiva que expulsam mão-de-obra. O processo de modernização das atividades agrícolas, como é preconizado na questão de gado confinado ou da moderna lavoura de arroz, trigo e soja, também expulsa mão-de-obra. Não foi outro o resultado do processo de transformação das sociedades feudais em sociedades capitalistas na Europa.

Diante dessa nova e mais complexa realidade sócio-econômica, torna-se por demais simplista, e mesmo insuficiente, a busca da industrialização, pura e simplesmente, como "remédio para todos os males econômicos". Essa "solução" prevalece na opinião da maioria dos administradores municipais, quando acenam com vantagens infra-estruturais para a instalação de indústrias em seus municípios. O conhecimento da realidade das transformações sócio-econômicas da região colonial no Estado revela o caráter concentrador e excludente do processo de industrialização. Enquanto se destaca a formação de grandes e enriquecidos segmentos econômicos do Estado, baseados em atividades comerciais e industriais, os trabalhadores rurais, descendentes dos antigos imigrantes, continuam tão pobres quanto seus pais. São poucos os trabalhadores rurais que evoluíram de sua condição de agricultor e artesão para a condição de empresário capitalista bem-sucedido.

Torna-se cada vez mais difícil defender teses sobre os desequilíbrios regionais, como a publicada no jornal **Zero Hora** de 25 de junho próximo passado. São teses que ainda guardam, de forma implícita, os pressupostos dos autores positivistas, bastante divulgadas, em princípios deste século, no Rio Grande do Sul, desenvolvidas a partir da realidade de um estado que vinha passando por excepcional período de crescimento econômico. Crescimento este baseado na expansão da capacidade de produção das unidades de produção familiar, formadas pelos imigrantes. Foi um crescimento extensivo, que apresentou, sérias limitações para continuar crescendo.

Mas os pressupostos dos referenciais teóricos positivistas, fundamentados nos princípios irrealis da vocação natural e de crescimento harmônico e equilibrado da economia, não tiveram condições de avaliar os limites desse tipo de crescimento. Não conseguiram também, avaliar os efeitos concentradores das atividades econômicas desenvolvidas pelo moderno capitalismo industrial.

Não é, portanto, através de "diagnósticos" sócio-econômicos equivocados que se poderão formular políticas de atuação pública para corrigir os desequilíbrios regionais do Rio Grande do Sul. A experiência histórica das últimas décadas no Brasil tem demonstrado o caráter concentrador e centralizador dos ganhos econômicos do processo de modernização generalizados, envolvendo atividades agrícolas, comerciais e industriais. As desigualdades regionais, vistas no âmbito do Estado gaúcho, são, na realidade, os resultados das desigualdades geradas pelo "modelo" de desenvolvimento social e econômico do País, envolvendo as atividades econômicas regionais em uma dinâmica abrangente, dada pelas necessidades de produção e de reprodução a escalas cada vez mais ampliadas, que transcendem a realidade da economia nacional. Não há mais lugar para proposi-

ções de desenvolvimento de atividades produtivas a partir dos pressupostos teóricos irrealistas, que conduzem a proposições simplistas, como as das correções dos desequilíbrios regionais a partir de um elenco de favores das autoridades governamentais.

Bibliografia

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920-1941 (1942). Porto Alegre, DEE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1945-1947 (1949). Porto Alegre, DEE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1947-1950 (1951). Porto Alegre, DEE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1950-1952 (1954). Porto Alegre, DEE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1953-1955 (1958). Porto Alegre, DEE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1958-1959 (1960). Porto Alegre, DEE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1960 (1962). Porto Alegre, DEE.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1964 (1966). Porto Alegre, DEE.
- BURBACH, Roger & FLYNN, Patrícia (1982). **Agroindústrias na América**. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1962). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- CESAR, Guilhermino (1979). Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius, org. **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto. p. 7-28.
- DE BONI, Luiz A. & COSTA, Rovílio (1982). **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Vozes.
- FERNANDES, Florestan (1981). **A revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- GEORGE, Suzan (1978). **O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MINELLA, Ary Cesar (1979). **Estado e acumulação capitalista no Rio Grande do Sul: o orçamento estadual na Primeira República**. Porto Alegre, UFRGS. (Dissertação de Mestrado).
- MÜLLER, Geraldo (1982). Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, 2/1(6):47-76, abr./jun.

- MÜLLER, Geraldo (1981). Cotrijuí: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia, org. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez. p. 97-132.
- ___ (1979). A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, Hildebrando José & GONZAGA, Sergius, org. **RS: economia e política**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- NETO, A. Delfin & FREITAS, Luiz de Mendonça (1960). **O trigo no Brasil**. São Paulo, Instituto de Economia Gastão Vidigal/Associação Comercial de São Paulo.
- PESAVENTO, Sandra J. (1980). **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- ___ (1980a). O imigrante na política econômica rio-grandense. In: BARROS, Eliane Cruxen et alii, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. p. 156-94.
- ___ (1980b). **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores**. Porto Alegre, Movimento.
- ___ (1983). **RS: agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PRADO JR., Caió (1979). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo, Brasiliense.
- REICHEL, Heloisa Jochmis (1979). **A indústria têxtil no RS, 1910/1930**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo. 2 v.
- SINGER, Paul I. (1974). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo, Nacional.
- SORJ, Bernardo (1980). **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOUZA, Enéas Costa de (1983). Da dinâmica do capital à subordinação da economia gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(1):167-74.
- ___ (1984). Economia gaúcha: objeto contraditório. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 4(2):165-78.
- SUDESUL & UFRGS (1975). **O fenômeno migratório na Região Sul**. Porto Alegre, s. ed.

SWEETZ, Paul et alii (1977). **A transição do feudalismo para o capitalismo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits (1982). **Ensaio sobre a totalidade econômica.** Porto Alegre, FEE. (Teses, 3).

TEJO, Aurélio Limeira (1939). A indústria rio-grandense em função da economia nacional. In: ESTATÍSTICA industrial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo.

— (1945). Contribuição à crítica da economia rio-grandense, parte I — a fisionomia agropecuária. **Revista Província de São Pedro**, (1), Porto Alegre, Globo, dez.

ZERO HORA (25.6.89). Porto Alegre, RBS.